

CLIPPING

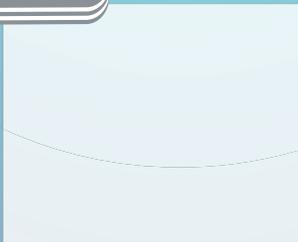


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Sindifisco quer fim de decreto que permite troca de dados com PGE

SIGILO FISCAL Auditores questionam medida que permite a procuradores acesso a informações da Receita Estadual; procuradora-geral diz que não se trata de “livre acesso”

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Os cinco superintendentes da Receita Estadual de Goiás colocaram ontem seus cargos à disposição da secretária de Estado da Economia, Cristiane Schmidt, por discordarem do Decreto Nº 9.488, publicado na terça-feira (6), que permite o compartilhamento de dados entre a pasta e Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE). O objetivo é ter acesso a informações para cobrança de débitos fiscais.

A Superintendência Executiva da Receita, sob o comando do auditor fiscal Aubirlan Borges Vltol, engloba todas as áreas envolvidas na Receita Estadual, hoje distribuídas em quatro superintendências: Recuperação

de Créditos, Operações Fiscais, Política Tributária e Controle e Fiscalização.

O presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco de Goiás (Sindifisco-GO), Paulo Sérgio Carmo, argumenta que a decisão foi tomada sem a participação da Receita Estadual e a principal preocupação da categoria é quanto à quebra de sigilo fiscal. “Esse decreto abre informações para agentes públicos que não têm prerrogativa para a guarda de sigilo, que são os procuradores”, diz o presidente.

Paulo Sérgio afirma ainda que procuradores do Estado podem advogar na iniciativa privada e a abertura de determinados dados é temerária. “É uma postura de afronta contra a nossa

atividade. É um dispositivo que fragiliza as informações do contribuinte, que tem como guarda o fisco estadual”, afirma.

Por outro lado, a procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz, argumenta que até a próxima semana será publicada uma instrução normativa fixando parâmetro para o acesso às informações, inclusive com um Núcleo de Inteligência da PGE, com profissionais de diferentes áreas e de carreira de dedicação exclusiva.

De acordo com ela, o decreto não traz possibilidade de quebra de sigilo fiscal, mas transparência. “Quando o procurador está em alguma investigação sobre evasão fiscal e precisar de dados sobre uma empresa que está em nome de várias pessoas,



Paulo Sérgio, presidente do Sindifisco-GO: preocupação com sigilo

por exemplo, solicitará as informações ao núcleo, que entregará um dossiê”. Juliana diz que o pedido será feito por meio de processo administrativo e os procuradores não terão livre acesso às informações.

A procuradora-geral ainda argumenta que o compartilhamento de informações neste parâmetro já ocorre na União e nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e PHD em Direito Constitucional, Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior afirma que se a medida existe na perspectiva federal, ela pode ser reproduzida nos Es-

tados, sem ir além do que prevê a regulamentação da União.

Entretanto, para o Sindifisco a única saída para a situação é que o decreto seja revogado. “Acreditamos que o governador foi induzido ao erro. Apenas auditores fiscais podem ter acesso aos dados”, diz Paulo Sérgio.

O Sindifisco divulgou ontem que durante a reunião dos superintendentes, a secretária Cristiane havia dito que não foi consultada sobre o decreto e levaria a questão ao governador. A reportagem entrou em contato com a assessoria da Secretaria da Economia, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Assembleia insistirá no Orçamento Impositivo

A mesa diretora da Assembleia Legislativa pretende insistir na regulamentação do Orçamento Impositivo com distribuição igualitária entre os deputados estaduais, inclusive da oposição, em todas as peças orçamentárias que serão encaminhadas por Ronaldo Caiado (DEM). Além da Lei Orçamentária, que é anual, o governador deve enviar à Casa neste ano o Plano Plurianual, que valerá até 2023. “Vamos incluir as emendas impositivas em todas as leis orçamentárias. Vamos colocar também na LOA e no PPA. E se vetar nós vamos derrubar”, adianta o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB). O pessebista argumenta que apesar de a destinação de parte da receita estadual (saindo de 0,5% neste ano até chegar em 1,2% em 2022) já estar garantida a partir de emenda à Constituição Estadual, a falta de regulamentação pode vir a justificar o não cumprimento. “Aconteceu isso em Santa Catarina. Os deputados tinham a PEC, mas na hora de pegar o Executivo argumentou que não poderia porque não tinha previsão nem na LDO, na LOA e nem no PPA”, argumenta, reforçando que a Casa derrubara o veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias.



PGE ganha acesso irrestrito à dados sigilosos

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

A Procuradoria Geral do Estado de Goiás (PGE) passou a ter acesso a dados sigilosos e de prerrogativa do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado de Goiás (Sindifisco) com a assinatura do decreto n. 9.488/2019 assinado pelo governador de Goiás Ronaldo Caiado (DEM). Em resposta ao decreto, os cinco superintendentes — indicados pela secretária da Economia — da Receita Estadual colocaram o cargo à disposição até a revogação do dispositivo. O presidente do Sindifisco-GO, Paulo Sérgio, considera a medida perigosa pois, os Procuradores podem atuar na iniciativa privada dotados de dados sigilosos sobre os contribuintes goianos e concorrentes diretos dos escritórios aos quais possam prestar serviços.

Os cinco superintendentes da Receita Estadual se reuniram na tarde desta terça-feira com a secretária de Economia do Estado de Goiás, Cristiane Schmidt, para expor a indignação com o decreto assinado por Ronaldo Caiado. Após a reunião, os superintendentes mantiveram a decisão de disposição dos cargos até a revogação do decreto.

A assessoria do Sindifisco afirmou que a secretária de Economia declarou que não foi consultada pela Secretaria da Casa Civil, comandada



Sindifisco teme que informações sigilosas possam ser compartilhadas, diz Paulo Sérgio do Carmo

por Anderson Máximo pela PGE, comandada por Juliana Prudente, sobre a edição da norma e que levará o caso ao conhecimento do governador Ronaldo Caiado. Ela teria uma reunião, no início da tarde, com procuradora-geral Juliana Prudente, que não compareceu. Procurada, a assessoria da secretária de Economia não confirmou as informações até o fechamento da edição.

Para o presidente do Sindifisco, Paulo Sérgio do Carmo, a edição do decreto coloca em risco a segurança dos dados fiscais do contribuinte goiano. “Foi editado de forma sorrateira de forma leviana

com objetivos conflituosos para que, exclusivamente, a procuradoria tenha acesso automatizado, amplo e irrestrito, para os responsáveis da guarda das informações ferindo o ordenamento jurídico, as prerrogativas do órgão responsável”, indagou.

Ele explica que os procuradores não têm exclusividade do cargo podendo atuar em escritórios de advocacia munidos de informações dos contribuintes goianos incluindo concorrentes dos escritórios onde poderiam atuar. “É uma decisão temerária pois se trata das informações dos contribuintes. Os auditores têm esses dados, não por privilégio, mas por

prerrogativa para analisar possíveis fraudes”, argumenta.

Paulo Sérgio explica que antes da emissão do decreto, o órgão compartilhava os dados através de solicitação das pastas através de requerimentos. “Esses requerimentos eram analisados e encaminhávamos os dados necessários para atender a demanda do órgão. Mas agora temos uma abertura irrestrita desses dados sem nenhuma prerrogativa”, lamentou.

Em 2016, o Governo Federal emitiu um decreto semelhante, mas ele foi revogado em seguida após críticas dos auditores fiscais federais. Paulo detalha que não há nenhu-

ma prerrogativa legal para a emissão deste decreto mas acredita que o governador e a secretária de economia não participaram da assinatura do mesmo.

A Procuradoria Geral do Estado, através de nota, informa que a edição do decreto se deu pois haviam “ilhas informacionais nas unidades administrativas do Estado, cujo compartilhamento de bases de dados infelizmente não é a regra”.

A nota alega ainda que o compartilhamento dos dados classificados como sigilosos para a PGE e Secretaria de Economia “lhes cabem no contexto da Administração Tributária estadual para os fins do art. 198 do Código Tributário Nacional”.

O objetivo, indicado pela nota, é promover o desejado incremento de receitas para o Estado de Goiás.

“Repele-se, por oportuno, qualquer insinuação ou interpretação enviesada que levem a crer que a troca de informações sigilosas entre a Secretaria da Economia e a Procuradoria-Geral do Estado possibilitará, no âmbito do órgão destinatário, a divulgação a terceiros ou mesmo a servidores desautorizados ou, pior, o tratamento desses dados para outro fim que não unicamente o cumprimento dos deveres funcionais aos quais seus membros e servidores estão sujeitos”, finaliza o órgão.



ECONOMIA

Goiás soma perdas de R\$ 30,7 bi de ICMS desde a Lei Kandir

ICMS Entre 1996 e 2018, o Estado só recebeu R\$ 3,6 bi em compensações da União referentes a produtos para exportação; Congresso discute autonomia na cobrança

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Goiás soma R\$ 30,7 bilhões em perdas relacionadas à isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a produtos para a exportação, determinada na Lei Kandir. A União pagou R\$ 3,6 bilhões em compensações ao Estado entre 1996, quando a norma começou a vigorar, e o ano passado. A estimativa é do governo estadual e tem os valores atualizados com base em junho de 2019. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que entre 2008 e 2018, Goiás recebeu R\$ 243 milhões relacionados em compensações.

De acordo com a lei, Estados devem ser compensados financeiramente pela União pelas perdas na arrecadação provocada pelas isenções de ICMS. Até 2003 a norma garantia os repasses aos Estados, mas desde 2004 as perdas passaram a ser negociadas ano a ano.

O vice-presidente do Conselho Regional de Economia 18ª Região, Aurélio Troncoso, explica que o governo federal deixou de pagar as compensações no valor devido e alguns Estados acumulam fortunas a receber. Para

“**A lei está em vigor e os valores vão continuar aumentando. É preciso que Estados e União entrem em acordo**”

Aurélio Troncoso,
vice-presidente do Conselho Regional de Economia 18ª Região, sobre atrasos nos repasses da Lei Kandir

o economista, uma das soluções para o problema seria abater as dívidas que os Estados têm com a União nos valores que o governo federal deveria repassar como compensações. “É algo que precisa ser resolvido rápido. A lei está em vigor e os valores vão continuar aumentando. É preciso que Estados e União entrem em acordo”, avalia Aurélio.

Advogada especialista em Direito Tributário, Taynara Carvalho explica que as mudanças proporcionadas pela Lei Kandir

têm como objetivos tornar os produtos brasileiros mais competitivos no cenário mundial. “A vantagem proporcionada pela norma é interessante, mas é preciso fixar um valor para ser repassado. Existem decisões judiciais em relação ao assunto, mas nada concreto”, explica.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 511/18, que propõe alteração na Lei Kandir quanto à compensação decorrente da desoneração de ICMS. A matéria estabelece que a União repasse a soma de R\$ 39 bilhões aos Estados por ano. O texto ainda precisa ser votado no plenário da Casa e encaminhado para análise do Senado.

Na semana passada, governadores de todos os Estados e do Distrito Federal divulgaram carta reivindicando as compensações, principalmente dos valores referentes aos anos de 2018 e 2019, e abertura de diálogo entre o governo federal sobre o tema.

Também na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que a possibilidade de Estados terem autonomia para cobrar ICMS de produtos exportados está em discussão.

Lei Kandir e Goiás

Veja a estimativa de quanto Goiás ainda pode receber e valores já pagos pela União

Diferença entre as perdas e o que foi resarcido
R\$ 30,7 bilhões*

Quanto o Estado já recebeu desde 1996
R\$ 3,6 bilhões*

VALORES REPASSADOS DESDE 2008



O QUE É A LEI KANDIR E COMO FUNCIONA

- Foi sancionada em 1996.
- Prevê a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre determinados produtos destinados à exportação.
- A legislação determina que os Estados devem ser compensados pelas perdas da não cobrança de tributos.
- Até 2003 a lei garantia o repasse aos Estados. Desde 2004 as perdas com a isenção passaram a ser negociadas ano a ano.

*Valores atualizados com base em junho de 2019
Fonte: Governo de Goiás e Tesouro Nacional



Legislativo quer sanções para garantir emendas

ASSEMBLEIA Deputados falam em derrubar, esta semana, vetos do Executivo a dez artigos com regras que obrigam a destinação a parlamentares de um porcentual do Orçamento Anual

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Em queda-de-braço com o Executivo, o Legislativo goiano endureceu o tom na exigência de cumprimento de emendas parlamentares e pretende estabelecer sanções por crime de responsabilidade e improbidade administrativa em caso de não execução do Orçamento Impositivo - dispositivo na Constituição Estadual que obriga a execução de emendas em um porcentual específico do Orçamento Anual.

Os deputados incluíram as penalidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), houve veto do governador Ronaldo Calado (DEM), mas o Legislativo se prepara para derrubar os vetos esta semana. Além disso, o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), já antecipou ao *Giro* que repetirá as regras de implantação do Orçamento Impositivo em outras leis estaduais.

Dez artigos com regras para o cumprimento das emendas impositivas foram incluídos pelos deputados na LDO. Todos foram vetados pelo Executivo. "Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou omissão que impeça ou retarde desnecessariamente a execução das emendas parlamentares impositivas sujeita-se às penalidades previstas nas leis federais 1.079/1950 e 8.429/1992", estabelece um dos artigos.

A lei federal sobre crime de responsabilidade estabelece que o governador "será julgado pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum".

Questionado se há intenção de mover ações contra o governador, o presidente da Assembleia diz que trata-se de necessidade de segurança na lei. "Precisamos de segurança jurídica de que as emendas serão pagas independentemente do parlamentar ou do governador. Somos passageiros no mandato e os benefícios têm que continuar. Isso é segurança jurídica para todas as legislações", afirmou Lissauer.

A LDO tem de ser aprovada anualmente no primeiro semestre e estabelece metas e prioridades para o ano seguinte, que serão consideradas pa-



Wlides Barbosa

“Precisamos de segurança jurídica de que as emendas serão pagas independentemente do parlamentar ou do governador”

Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia

ra a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a servada antes do recesso do final de cada ano.

Na tramitação da LDO, os parlamentares e a mesa diretora apresentaram emendas modificativas do texto. Além das mudanças para implantação do Orçamento Impositivo, houve vetos também ao aumento da falta de recursos para o Legislativo - como mostrou o *Giro* na quinta-feira -, e ao porcentual de gastos com publicidade incluindo autorização de despesas na área para o próprio Legislativo.

Ainda no conjunto de regras do Orçamento Impositivo, o texto aprovado pelos deputados estabelece que as emendas devem ser executadas de "forma igualitária e impessoal" e sem necessidade de cobranças do parlamentar. "Sanclonada a lei orçamentária anual, inde-

pendentemente de qualquer provocação do autor da emenda, os poderes são obrigados a incluir os procedimentos administrativos necessários para a execução das emendas", diz um dos artigos.

O texto aprovado também estabelece que "a alegação da falta de disponibilidade orçamentária ou financeira não afasta a obrigatoriedade da execução das emendas", reforçando o tom de cobrança pelo cumprimento.

Na justificativa oficial, o governo vetou os dez artigos alegando que a regulamentação da execução do Orçamento Impositivo deve ocorrer por Lei Complementar. No caso específico das sanções previstas, o Executivo afirmou que "houve invasão de competência privativa da União para legislar sobre crime de responsabilidade e ato de improbidade adminis-



Fábio Lima

“Se ocorrer (a provável derrubada dos vetos do Executivo a alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias), não veremos como afronta”

Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo na Assembleia

trativa".

Os parlamentares apontam falta de diálogo e, a exemplo do discurso do presidente, Insegurança sobre o cumprimento das emendas impositivas.

Ao total, Calado vetou 28 itens, sendo 18 artigos na íntegra. Em viagem oficial aos Estados Unidos na semana passada, Lissauer já dava como certo o resultado da votação em plenário: "Todos os vetos relacionados à Assembleia serão derrubados".

O líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), alega que os governos anteriores, do PSDB, também vetaram itens relacionados a aumento de despesas e emendas parlamentares e que isso "nunca foi motivo para indisposição" entre os dois Poderes.

Bruno também disse que verá com naturalidade a provável derrubada dos vetos. "Se

ocorrer, não veremos como afronta. Sempre foi assim", afirma.

Apesar de ser comum o veto ao orçamento que os deputados ampliam para a própria Casa, a nova gestão tem feito cobranças mais duras por mais recursos e pelo pagamento em dia do duodécimo - parcelas mensais para o custeio do Legislativo.

Já com relação ao Orçamento Impositivo, o dispositivo não existia nos governos anteriores. Ele foi aprovado no ano passado, com porcentual de 1,2%, e passou por duas alterações após acertos com o Executivo. A aplicação obrigatória para 2020 é de 0,7% do orçamento.

O embate sobre os itens da LDO reforçam que o clima segue tenso entre Executivo e Legislativo, a exemplo da instabilidade do primeiro semestre.



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

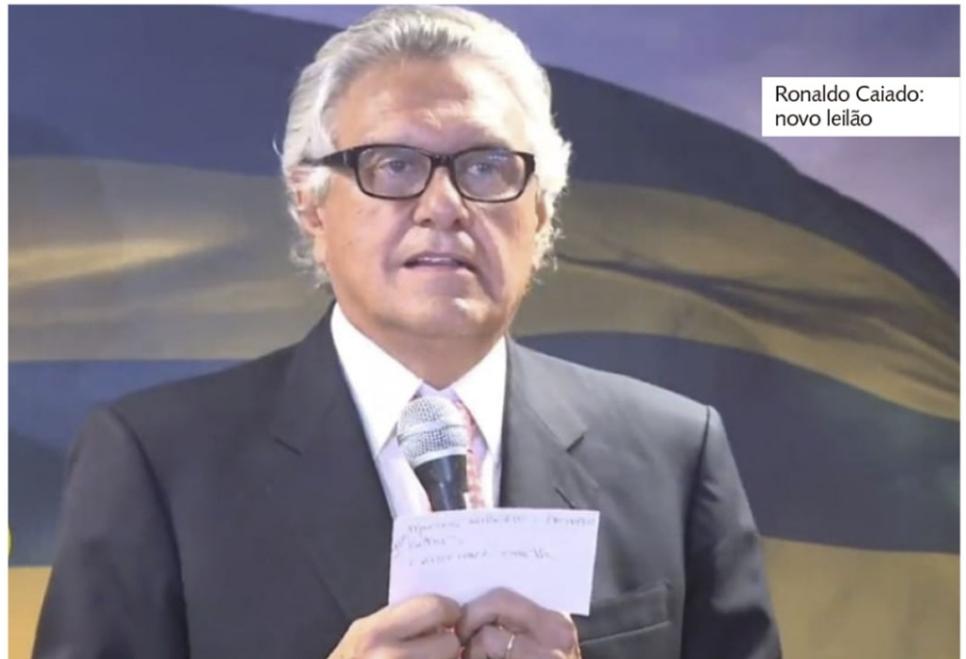
Governo deve focar em desvinculações antes de enviar leis do RRF à Assembleia

Um dos principais focos do governo na Assembleia Legislativa neste início de semestre deve ser a aprovação de projetos que tratam de desvinculações em Educação e Cultura. A PEC que reduz de 27% para 25% a vinculação constitucional da Educação, com a inclusão dos 2% da UEG na vinculação geral, já está na Casa e deve começar a tramitar após retorno do presidente Lissauer Vieira (PSB), que volta de viagem aos Estados Unidos na quarta-feira (14). O governo deve enviar também proposta de desvinculação da Cultura – lei ordinária de 2006 obriga o repasse de 0,5% da receita tributária líquida do Estado para o Fundo de Arte e Cultura. Pelo apurado, a ideia é aprovar as propostas antes do envio das leis que tratam do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que deve ocorrer em setembro, se nenhuma alternativa surgir antes.



Caiado pede cancelamento de concessão da Enel/GO

Governador disse à Agência INFRA que defende a saída da Enel no estado e a realização de um novo leilão



Ronaldo Caiado: novo leilão

AGÊNCIA INFRA

O governador Ronaldo Caiado (DEM) esteve em Brasília, nos últimos dias, costurando politicamente a possibilidade de cassação de distribuição de energia elétrica da empresa italiana Enel.

A caducidade da concessão da distribuidora - que foi leiloada há menos de três anos - não é tão simples. Existe um plano emergencial para a melhoria do serviço coordenado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em curso, e antes de uma decisão sobre a cassação, várias etapas precisariam ser vencidas até chegar a esse ponto.

O governador é próximo ao presidente Jair Bolsonaro, que teria demonstrado apoio ao amigo. Na semana passada, Caiado esteve com o presidente e também com os ministros Bento Albuquerque, de Minas e Energia, e Luiz Eduardo Ramos, de Governo, e pediu "medidas energéticas". Ambos mostraram ao governador, no entanto, que o processo de anulação da concessão não seria simples.

Na última terça-feira (6), Ronaldo Caiado se reuniu com a bancada parlamentar de Goiás no Congresso Nacional para aumentar a pressão po-

lítica sobre a concessionária italiana. Ao sair da reunião, o deputado federal José Nelto (Podemos) afirmou a jornalistas que os dados apresentados sobre a má qualidade do serviço eram suficientes para a retirada da concessão da Enel.

NOVA FEDERALIZAÇÃO

Uma das possibilidades cogitadas, nos últimos dias, foi a de federalização da concessão, ainda que provisória, até nova licitação. Entre 2015 e 2016, então a antiga Celg (antigo nome da Enel Goiás) esteve federalizada e sob operação da Eletrobras, até ser privatizada. Mas essa hipótese de voltar ao comando da estatal federal foi descartada por integrantes do governo e pelo próprio governador de Goiás, que foi taxativo: "Não vejo por aí. Faça outro leilão".

INVESTIMENTOS

Por meio de nota, a Enel/GO informou que foi investido R\$ 1,5 bilhão entre 2017 e 2018, e que o plano emergencial está em execução, com o andamento adequado. Também disse que não houve, até o momento, notificação, do governo federal em relação à cassação da concessão.

De acordo com a empresa, de fevereiro a junho, o índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) caiu 8%, enquanto que o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) teve queda de 12%.

PRAZO

O diretor-geral da Aneel, André

Pepiron disse que o plano emergencial da empresa está em ação. "Estamos em plena execução do plano de resultados, que no caso da Celg (Enel) é emergencial". "Todo fim de mês tem reunião aqui na agência, onde a gente bate o cronograma das ações propostas para o mês seguinte com o que de fato foi executado".

Por nota, a Aneel, informou que o plano emergencial da Enel

tem prazo de 18 meses e a conclusão está prevista para agosto do ano que vem, com ajustes sendo feitos às metas estabelecidas. "A última fiscalização realizada pela Aneel in loco foi em junho e a próxima será em setembro. Acabamos de realizar a fiscalização comercial e na sequência realizaremos a técnica", disse o diretor-geral André Piperone.